A construção da identidade da mulher/mãe no conto “mãe não é mulher” de Dina Salústio: uma perspectiva dos estudos culturais

The construction of the identity of the woman/mother in the short story “Mother is not a woman” by Dina Salústio: a cultural studies perspective

Submetido em: 05/09/2024
Aceito em: 10/11/2024

João Nascimento dos Santos[1]
Pedro Manoel Monteiro[2]
Raquel Aparecida Dal Cortivo[3]

Resumo: Os estudos culturais no âmbito da crítica literária nos abrem um leque de possibilidades de análises sociais, culturais e psicanalíticas no que se refere ao sujeito e às suas subjetividades. Partindo dessa perspectiva, propõe-se uma leitura do conto “Mãe não é mulher” da coletânea *Mornas eram as noites* de Dina Salústio, com o enfoque nas questões de gênero, raça e classe. Com isso, pretende-se observar como o conto, à luz dos estudos culturais, problematiza o lócus subalternizado da mulher na sociedade em face de uma cultura voltada para a homogeneização das identidades e anulação de certas subjetividades, ou seja, que não considera a heterogeneidade de determinados grupos marginalizados ou silenciados. O conto evidencia a dicotomia entre as categorias mulher e mãe, estabelecida pela sociedade patriarcal, na qual a subjetividade da mãe fica reduzida exclusivamente à maternagem. Dito de outro modo, a mulher, para assumir o papel de mãe, limita-se ao espaço privado e é levada a suplantar outros desejos, como a sexualidade, pois a subjetividade passa a ser sufocada por um discurso falocêntrico e patriarcal limitado e limitante.
Palavras-Chave: Conto; Estudos Culturais; Identidade e Diferença; Mulher/Mãe.

Abstract: The cultural studies in the context of literary criticism open up a range of possibilities for social, cultural and psychoanalytic analyses regarding the subject and its subjectivities. From this perspective, we propose a reading of the short story “Mãe não é mulher” from the collection *Mornas eram as noites* by Dina Salústio, focusing on issues of gender, race and class. With this, we intend to observe how the short story, in the light of cultural studies, problematizes the subalternized locus of women in society in the face of a culture focused on the homogenization of identities and the annulment of certain subjectivities, that is, one that does not consider the heterogeneity of certain marginalized or silenced groups. The short story highlights the dichotomy between the categories of woman and mother, established by patriarchal society, in which the subjectivity of the mother is reduced exclusively to motherhood. In other words, in order to assume the role of mother, women are limited to the private space and are forced to put aside other desires, such as sexuality, as subjectivity becomes suffocated by a limited and limiting phallocentric and patriarchal discourse.
Keywords: Short story; Cultural Studies; Identity and Diversity; Womam/Mother.

[1] Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: Joaonascimento.s123@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3738818385518211. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2241-3538.
[2] Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal de Rondônia. E-mail: pmmonteiro@unir.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1502933200046304. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8704-1707
[3] Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal de Rondônia. E-mail: raqueldalcortivo@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1104061269028718. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6050-8434.

Introdução

Os estudos culturais são responsáveis por ampliar as discussões no âmbito da crítica literária, trazendo uma série de questionamentos que vão de encontro ao discurso da crítica formalista, e até mesmo da crítica sociológica, adentrando de maneira cirúrgica a construção da identidade nacional e a subjetividade dos indivíduos. Esse discurso surge a partir das diferenças que o sujeito social apresenta perante o sistema de uma cultura de massa.

A partir dessa concepção dos estudos culturais como uma forma de abordagem da obra literária considerando o contexto de sua produção, propomos a análise do conto "Mãe não é mulher", escrito por Bernardina de Oliveira Salústio, ou simplesmente Dina Salústio, uma das principais vozes literárias de Cabo Verde e dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – que apresenta hoje extensa fortuna crítica sobre suas obras. Nascida na ilha de Santo Antão, em 1941, foi professora, assistente social e jornalista em Portugal, Angola e Cabo Verde, também imortal da Academia Cabo-verdiana de Letras, residindo atualmente na Ilha da Praia, em Cabo Verde.

Dina Salústio escreveu *A Louca de Serrano* (1998); *A Estrelinha Tlim-Tlim* (1998); *Violência Contra as Mulheres* (2001); *Que os olhos não vêem* (2002); *Filhas do Vento* (2009); *Filhos de Deus: contos e monólogos* (2018); *Veromar* (2019), sendo que a sua produção se destaca no contexto lusófono tanto pela quantidade de títulos, quanto pela qualidade desses escritos.

Sua primeira publicação ocorrida em 1994, a coletânea *Mornas eram as noites,* objeto desta análise, apresenta trinta e cinco textos curtíssimos – híbridos entre o conto e a crônica – cuja temática toca em questões sociais e humanas profundas, como a maternidade compulsória, a diferença entre os gêneros, a violência de gênero e os abusos infantis, entre outros. Dessa coletânea retiramos o conto "Mãe não é mulher", que por sua vez, desvela a visão de um filho sobre a mãe, estabelecendo uma cisão na subjetividade da mulher a partir do estabelecimento da função materna, identificando-a exclusivamente pelo papel privado que exerce. A identidade desse sujeito mulher é construída por meio de discursos totalizadores que "concedem" a esse sujeito de maneira forçosa o espaço privado.

Nessa perspectiva, inquire-se a respeito da importância de a crítica literária direcionar o olhar para as nuances dos aspectos que envolvem a mulher na sociedade, ou seja, para os “entrelugares” ou as “encruzilhadas” com as quais se depara no exercício de ser. Esse questionamento nos leva a refletir sobre os meios de construção de poder pelo discurso dominante que sufoca a subjetividade do sujeito marginalizado.

Mãe/Mulher e o espaço privado

A identidade não pode ser compreendida apenas como traço pessoal característico e definitivo de determinado indivíduo fruto do desenvolvimento interior de uma personalidade, pois é resultado (sempre em construção) de um processo de interação social, histórico e, portanto, cultural. Nesse sentido, tanto homens quanto mulheres são constituídos por seu tempo histórico e suas condições sociais e culturais. Nas palavras de Stuart Hall, “a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes, que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 2000, p. 13). Isso contrapõe um discurso baseado em diferenças essenciais entre homens e mulheres, já que as identidades de um e outro são mutáveis e variáveis. Contudo, os indivíduos são afetados pela cultura e pelos discursos hegemônicos nesse processo. Ou seja, o sujeito, em seu processo de individuação, acaba se vendo encurralado por uma cultura dominante, à qual se submete para se sentir aceito em um padrão preestabelecido. Essa cultura imiscui-se em todos os aspectos da vida e acaba naturalizada pela ampla divulgação por que passa nesse processo histórico.

A percepção da heterogeneidade dos modos de vida, sobretudo, pela maior circulação e estabelecimento de pessoas em diferentes contextos culturais, leva à constatação da diferença, que, se por um lado pode ser concebida como marca identitária, por outro, pode ser fonte de exclusão e objetificação. De acordo com Homi Bhabha os sujeitos nessa situação ocupam um “entre-lugar” cultural e identitário, compreendido como um “momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (Bhabha, 1998, p. 19). Essa concepção se inscreve num contexto pós-colonial e a diferença se estabelece em relação a oposição centro e periferia ou centro e margem que determinou a forma de representação dos

indivíduos, conforme explica Bonicci (2009, p. 264), sendo este, o exato local em que se inscreve a obra de Dina Salústio.

Assim, em razão dos processos colonizadores, as culturas europeias, no passado, foram consideradas superiores em detrimento das culturas das colônias. O mesmo ocorreu em relação aos indivíduos, cujas relações interpessoais se baseou em processos de outremização, evidenciando-se a relação sujeito (colonizador)/ objeto (colonizado). A subversão dessa lógica passa pela apropriação dos meios do colonizador pelo colonizado que passa a contar a própria história. Na literatura, trata-se da instituição de um novo olhar, uma nova escrita que não apaga a história, mas que apresenta uma nova versão a partir das vivências das minorias.

O foco desta leitura que ora propomos, nesse sentido, recai sobre uma obra cabo-verdiana, escrita por uma mulher, cujo ponto de vista desloca-se dos grandes temas eurocêntricos para abordar aspectos muito cotidianos da vivência da mulher. O contexto da obra é, portanto, Cabo Verde com suas particularidades culturais: nação colonizada por portugueses navegadores do século XV, majoritariamente negra, cuja base religiosa é o cristianismo católico e as famílias são, com frequência, erigidas em torno da figura materna pela ausência do pai que emigrou ou abandonou a mulher e os filhos.

Ao longo dos anos, a crítica literária e os estudos culturais evidenciaram a predominância do sistema patriarcal nas sociedades. Contudo, na pós-modernidade a crítica especializada vem demonstrando que há fissuras nesse domínio patriarcal desde os primeiros instantes do movimento sufragista. Lentamente, algumas mudanças a essa dominação heteronormativa são sentidas e se opõe a esse modelo de cultura em massa, ou hegemônica, centrado no masculino, dando atenção à heterogeneidade, às diferenças que são apresentadas aos sujeitos nos vários meios sociais. A inserção cada vez maior da mulher em atividades outrora consideradas exclusivas ou majoritariamente masculinas, como na literatura, é um exemplo disso.

Em Cabo Verde, Dina Salústio é legítima representante dessas mudanças que denunciam a dominação e perpetuação de relações de poder baseadas no gênero e propõem uma sociedade mais equânime no que se refere às mulheres. A exclusão da subjetividade do indivíduo subalternizado pelo androcentrismo se dá de variadas maneiras, uma delas ocorre pelos meios de produção de um discurso ou comportamento *ad aeternun*, de modo que acaba internalizado e naturalizado pela

repetição. Althusser (1918) compara com o trabalho e os meios de poder do Estado, afirmando que toda formação social se expressa pela produção dos meios dominantes.

Portanto, tratando-se do processo de construção da identidade da mulher, é possível perceber que a reprodução literária dos lugares que esse sujeito ocupa, sempre limitado a um espaço privado, ou a criação de personagens com características estereotipadas, tornou-se um mecanismo de reprodução, internalização e naturalização da diferença. Assim, o estereótipo da mulher-mãe, foi, com frequência, apresentado como algo positivo, associado a outras características como a beleza discreta, o recato sexual e a abnegação em favor dos filhos e do marido.

A imagem da mulher-mãe remonta à tradição cristã e à figura de Maria que foi incorporada pela literatura litúrgica desde os séculos IV e V e pela literatura profana desde o século XII, conforme destacam Medeiros e Zimermann (2019), que asseveram ainda: "[...] essa literatura, fosse ela de cunho sagrado ou profano projetou uma imagem de Maria que a afastou das mulheres terrestres elevando-a a um espaço inacessível ordenado [pela] maternidade [...]" (Medeiros e Zimermann, 2019, p. 720). Com isso, estabelece-se uma divisão social das imagens da mãe e da mulher, uma vez que a mulher, ao tornar-se mãe, parece ser destituída de sua subjetividade. A sexualidade da mulher, nesse sentido, torna-se interdita, uma vez que ela deve assemelhar-se à Virgem Maria, em obediência e, sobretudo, em castidade. Conforme acrescentam Medeiros e Zimermann, com isso, "o corpo da mulher é mantido sob custódia (masculina) devido a uma rede intrincada de concepções e discursos" (2019, p. 721).

A significação da sexualidade de homem e mulher, portanto, demonstra o que Jonathan Culler afirma, com base nos pensamentos de Foucault: "Esse processo conferiu à sexualidade uma nova importância e um novo papel, tornando a sexualidade o segredo da natureza do indivíduo" (Culler, 1999, p. 15). A sexualidade feminina foi, ao longo da história, considerada desviante em relação à sexualidade masculina. Então, a sexualidade feminina mostra-se como uma ameaça que o *status quo* falocêntrico busca meios de silenciar, reforçando sempre um possível apagamento ou limitação.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) reforça a ideia de que a divisão baseada no sexo, no período de instalação do sistema capitalista, foi um dos principais meios

para definir os espaços públicos e privados, colocando em questão o corpo da mulher como frágil e indefeso, portanto circunscrito ao espaço privado do lar. Tal processo elegeu o homem como dotado de razão, senhor, mantenedor e protetor da família e do lar, por conseguinte, definindo-o como principal sujeito a atuar nos espaços públicos. Ao passo que a mulher foi relegada apenas aos sentimentos sem os traços da razão e da lógica, excluída qualquer chance de atuar na vida pública e na administração fora do lar, pois foi indissoluvelmente ligada à maternidade, compondo-se, assim, o modelo de família tradicional.

A romantização criada sobre o modelo eurocêntrico, burguês e patriarcal de família perfeita acabou tornando esse espaço cada vez mais comum na sociedade, ou seja, a mulher torna-se mãe e se dedica ao lar, enquanto o homem encarrega-se da economia, da política e da ciência. Esse esquema doméstico é reproduzido nas relações institucionais e sociais:

> O novo casamento, baseado no amor e na liberdade de escolha, será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura e seu ponto culminante será a procriação. [...] O amor materno é a origem e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar, em cujo interior a família vem se refugiar. A família moderna, portanto, centra-se em torno da mãe que adquire uma importância que jamais tivera. (Rocha-Coutinho, 1994, p. 36)

Nesse sentido, a identidade da mulher, construída socialmente, seria validada apenas se relacionada aos aspectos considerados femininos. Isso vai ao encontro do pressuposto discutido por Tomaz Tadeu Silva ao argumentar que, quando se tenta normalizar uma identidade, causam-se impactos negativos diante de outras, ou seja, acaba-se excluindo outras, pois as identidades surgem a partir das diferenças do “eu” e do “outro”. Considerando a normalização como algo que age do exterior para o interior do sujeito, a visão em torno da identidade não é percebida em suas múltiplas possibilidades ou como plural, mas como única possível, tornando-se a ideia de identidade totalizadora e opressora. Podemos observar essa coerção no conto que passamos a examinar.

No conto “Mãe não é mulher” sua narratividade está pautada em uma conversa do filho com sua mãe, a partir de uma inquietação de um jovem a partir de um dito popular: “bofetada de mulher na cara de rapaz impedia a barba de crescer” (Salústio, 1994, p. 33), portanto, enorme problema para o rapaz, pois homem que é homem tem barba na cara, reza a cartilha de formação na cultura patriarcal heterocentrada.

Portanto, percebe-se de saída, que tanto o masculino, quando o feminino são atravessados pelo discurso social. O início do conto ocorre de maneira memorialística, efabulado como uma recordação fiel do passado: “Esta história passou-se no tempo em que o meu amigo era ainda um projecto de quase tudo o que conseguiu ser. E de tudo o que não conseguiu:” (Salústio, 1994, p. 33).

O verbo “passou-se” imprime o tom confessional da verdade e de aproximação com o leitor. Em seguida percebemos um narrador que se comporta como um tradicional contador de história, ou seja, supostamente, não inventa, mas narra apenas o que lhe contaram, ou o que viu, pois afirma ser a história do “meu amigo”, o que nos leva a considerar essa voz narrativa como muito próxima da oralidade. Isso se confirma quando esse narrador, dá voz, no segundo parágrafo, a um personagem que se torna o narrador da história:

> — Nas reuniões secretas com os rapazes da minha idade, em que se fazia a aprendizagem da vida, em voz baixa, olhos e ouvidos atentos a intromissões estranhas, uma das coisas que se dizia era que bofetada de mulher na cara de rapaz impedia a barba de crescer. Mas, porque lá em casa quem fazia uso da bofetada era a minha mãe, redondinha e mais baixa do que eu, nos meus compridos dezesseis anos, sentia-me livre dessa ameaça. Pensava. Porque um dia respondi-lhe mal e aproveitou eu estar sentado e... pás!
> A cara ardeu e, horrorizado, comecei a ver-me um homem sem barba nem bigode pelo resto da vida. (Salústio, 1994, p. 33)

O termo “horrorizado” descreve a intensidade da ameaça sentida pelo rapaz, uma vez que pairava sobre ele o risco de não adquirir, por maldição, os atributos físicos necessários para tornar-se um homem adulto, ou seja, não ter barba, ser um homem imberbe e incompleto, que seria considerado menos homem do que os outros. Além disso, a inferioridade da mulher, considerada fraca por natureza, torna ainda mais humilhante o fato para um homem ser esbofeteado, pois significava ser mais fraco que uma mulher. A barba, nesse sentido, é símbolo de virilidade. O jovem conta uma tragédia que se abate sobre todos os setores da vida: “Mergulhado na minha tragédia, deixei de estudar, comer e dormir.” (Salústio, 1994, p. 33), revelando como a afirmação da masculinidade ou a menor ameaça de não se encaixar na imagem do masculino é aflitiva e se torna uma ameaça da própria subjetividade e existência futura do jovem.

Para explicar que o pensamento dele poderia estar equivocado, a mãe utiliza a história de Jesus e Maria, já que Maria, mãe do Cristo é a maior referência dos papéis

sociais destinados à mulher, portanto revestido de autoridade e de aceitação tácita de tudo o que se refere a essa figura religiosa/mitológica:

> Logo que a minha mãe soube do meu desgosto contou-me uma história que não vem na Bíblia, mas que ela jurava ser verdadeira, como aliás todas as outras que contava:
> Um dia Nossa Senhora mandou Jesus fazer um recado à casa da sua irmã Isabel. Jesus foi e veio na pressa que o caracterizava (a minha mãe era especialista em indirectas).
> Seguidamente, mais duas vezes, ele foi com outros recados à casa da tia, até que à quarta vez, quando Nossa Senhora lhe pediu de novo, o filho olhou para ela e disse-lhe: «Tu, também, mamã!» Nossa Senhora, zangada com o «também» do filho, deu-lhe uma bofetada. (Salústio, 1994, p. 33)

Há simetrias na vivência cotidiana entre a história contada pela mãe e a história vivida: mãe e filho convivem, o filho deve obedecer à mãe, filhos são, às vezes, mal-educados e respondem às ordens das mães e as mães os educam e castigam se for necessário. Percebemos que os pares mãe-filho e Maria-Jesus são em tudo iguais, exceto pela condição sagrada destes. O lugar privado destinado à mulher fica inscrito nessa relação entre mãe e filho – ela fica em casa e envia o filho à rua para transmitir o recado – e, mais do que isso, o espaço de poder possível de ser ocupado por uma mulher também fica delimitado, ela tem ascensão sobre a prole, enquanto o marido não intervém.

> Ao que parece, a mãe de Jesus, como as mães de Santo Antão, não gostava que o filho lhe respondesse com aquela palavra, que, pela minha experiência, era o indicador máximo de má criação e falta de respeito.
> Se Jesus aceitara a bofetada, ele que era filho de Deus, naturalíssimo era que eu, pelo mesmo pecado, recebesse o mesmo castigo e o aceitasse, com humildade igual.
> Claro que com tão divino exemplo, e depois de contemplar pela milésima vez o rosto barbudo de Jesus, numa imagem que a minha mãe foi desencantar, não sei aonde, a paz foi refeita. (Salústio, 1994, p. 33)

A mãe está abaixo de Jesus, mas nem Ele a desautoriza, de acordo com o conto, pois o narrador devia, “pelo mesmo pecado”, receber o castigo e o aceitar, humildemente, tal qual, supostamente, Jesus o fizera. Assim, a mãe é revestida de igual caráter sagrado no imaginário do menino, quiçá, dela mesma. Segundo Medeiros e Zimermann:

> Maria encarna, no universo do medievo, uma concepção de maternidade e de sentimento maternal que o mundo judaico cristão ocidental carrega intrínseca até os dias de hoje. Nela, a maternidade se torna tão importante quanto o casamento ou a situação familiar para o quotidiano da mulher, o que delimita e define a sua posição na sociedade. (Medeiros e Zimermann, 2019, p, 722)

Vemos que no conto a mãe reproduz seu cotidiano, imaginando compartilhá-lo com Maria, que deve ter enfrentado dificuldades também na educação do menino Jesus. Percebemos, por outro lado, que o caráter sagrado da imagem contemplada de Jesus não o destitui de sua masculinidade, ao contrário, a masculinidade é reafirmada pela simbologia da barba espessa que restitui a paz ao jovem. A cumplicidade entre a mãe e Maria é constatada pelo narrador:

> Agora, pensando na minha mãe é que eu vejo como ela se identificava com Nossa Senhora e falava dela, como uma amiga. Às vezes dizia: Maria sofreu muito porque Jesus às vezes saía e nem lhe dizia para onde, mas eu não vou admitir que me faças o mesmo.
> — Olha o que lhe aconteceu no fim!
> A minha mãe adaptava a vida de Jesus às suas conveniências, no fundo, jogando com a minha pouca idade. E continuou a fazê-lo, mesmo depois de eu crescer e de ela ter provas que eu me deixara de impressionar. Contudo, foi às fantasias da minha velha que eu fui buscar forças para enfrentar o drama de ficar sem barba: Se Jesus dizia que mãe podia bater na cara, mulheres é que não, então não havia motivo para preocupações. (Salústio, 1994, p. 33)

O narrador já indicou que não apenas a sua mãe, mas todas as mães de Santo Antão eram parecidas com Maria, identificavam-se com ela, construíram suas subjetividades a partir dessa imagem. Isso traz à tona o discurso religioso como referência para a identidade que ela assume. Rocha-Coutinho afirma que, na modernidade, a "Eva pecadora cede decentemente seu lugar à santificada Maria" (Rocha-Coutinho, 1994, p. 35), direcionando outro olhar sobre a mulher, colocando-a como um ser doce e sensato. Por outro lado, o filho também constrói sua subjetividade nesse mesmo processo, internalizando o papel do homem. A subjetividade unificada, portanto, torna-se natural e se internaliza facilmente, pois surge em torno do centro de poder que se apoia em discursos políticos, sociológicos, médicos, religiosos e outros. O discurso popular, no conto, foi apoiado pela imagem religiosa e redentora da Mãe de Jesus.

Quando o filho constata que "se Jesus dizia que mãe podia bater na cara, mulheres é que não, então não havia motivo para preocupações" (Salústio, 1994, p.

34), estabelece uma diferença irredutível entre mãe e mulher, desconsiderando sua mãe como um sujeito além do papel da maternidade. Portanto, compreende a si mesmo a partir de um discurso patriarcal, no qual, conforme destacam Medeiros e Zimermann (2019, p, 722), “cabe a mulher dar à luz e criar os filhos como principais tarefas”. Esse discurso marca exatamente o espaço privado, no qual a mulher é incumbida de cuidar. Rocha-Coutinho reforça que a mulher passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança e do esposo, longe dos problemas e das tentações do mundo exterior.

Sua feminilidade e seu desejo são excluídos para um espaço longe do meio social, sufocados pelo mecanismo de reprodução, no qual se criam padrões externos patriarcais, que são repetidos e legitimados por discursos intelectuais dos sujeitos que não fazem parte das minorias que reproduzem o comportamento que lhes é imposto:

> Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e a torna possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade – tal como a da feminilidade loira e distante ou a da masculinidade ativa, atratividade e sofisticada dos anúncios do *walkman* da Sony. (Woodward, 2000, p. 18-19)

Portanto, os discursos e práticas de significação, podem delimitar as possibilidades a partir de um modelo, geralmente revestido pela ideia de normalidade, conforme destaca Stuart Hall, “a identidade normal é ‘natural’”, desejável, única. Criam-se, desse modo, padrões acabam internalizados e reproduzidos.

Assim, tanto a figura de Maria quanto de Jesus tornam-se, no conto, arquétipos do feminino e do masculino, circunscrevendo os papéis sociais de cada um e os limites dessas identidades, tanto um em relação ao outro, ou seja, a mulher em relação ao homem, quanto dos iguais entre si, uma vez que a masculinidade de um homem é reforçada na medida em que ele se diferencia de uma mulher e se afirma entre outros homens.

Nesse sentido, Maria é o arquétipo em torno do qual o espaço doméstico é de domínio absoluto da mãe e os assuntos públicos são de responsabilidade do pai. O patriarcado, por meio de seus mitos falocêntricos, se intensifica pela reprodução, conforme sugere Jonathan Culler: “O que aprendemos a partir desses textos é que a ideia do original é criada pelas cópias e que o original é sempre adiado – para nunca

ser apreendido” (1999, p. 21), ou seja, não há espaço para identidades originais, sobretudo se o indivíduo for mulher, já que a estrutura social se erige em moldes androcêntricos, revelados pela sabedoria popular e reafirmados pelos discursos mais intelectualizados, como os das ciências do século XIX e da religião na atualidade.

Em “Mãe não é mulher” é perceptível a questão da oralidade desse discurso que busca se infiltrar e tornar-se verdade absoluta – “em voz baixa, olhos e ouvidos atentos a intromissões estranhas, uma das coisas que se dizia era que bofetada de mulher na cara de rapaz impedia a barba de crescer” (Salústio, 1994, p. 33). A socialização masculina aqui é feita com a troca de “saberes” populares, nada científicos, baseados apenas numa visão misógina transmitida oralmente.

E o estranhamento é sempre o que precede a construção da identidade, a qual se dá pelas diferenças que só podem ser percebidas por meio da comparação com o “outro”, como afirma Hall: “A formação do eu no ‘olhar’ do Outro” (Hall, 2006, p. 37), pode ser observada no conto em relação ao masculino e feminino, marcada na diferença da altura entre a mãe e o filho (maior), e fraqueza feminina que ameaça a masculinidade conforme já discutimos. Por outro lado, também observamos os processos de identificação dos iguais, do rapaz com Jesus e da mãe com Maria.

O tom anedótico do conto não oblitera a representação da estrutura social baseada numa hierarquia de gênero e, sobretudo, numa delimitação de papéis de gênero. O ponto de vista do narrador da história é masculino, evidencia a cumplicidade das mães de Santo Antão com Maria, mas não as percebe como elemento que forja certa identidade em detrimento de outras. Contudo, essa nota é dada pela voz do contador de história que não silencia ou invalida a dor do narrador, ao contrário, apenas desloca o ponto de vista e marca a diferença de percepção ao retomar a palavra “Ao contar-vos esta história, lembro-me de uma vez em que um dos meus filhos, ainda adolescente e confuso, me perguntou: Mãe, se fosses mulher, tu gostavas de mim?” (Salústio, 1994, p. 33)

A contraposição das vozes narrativas é um recurso muito eficaz para demarcar as diferenças de pontos de vista e, sobretudo, para evidenciar a anulação do ser mulher pelo discurso patriarcal, já que a mãe sequer é vista como mulher.

Considerações finais

Chimamanda Ngozi Adichie (2009), em sua palestra adaptada para o livro *O perigo de uma história única,* retrata o reconhecimento de uma identidade através do outro, pois nas leituras que fazia durante a infância sempre via pessoas brancas que falavam sobre assuntos que estavam distantes de sua realidade. Ela não se via naquelas histórias, e é exatamente nesse fio que os estudos culturais se aprofundam, desmistificando o sistema totalitário que esteve sempre por trás do apagamento e silenciamento dos sujeitos marginalizados.

Assim, os estudos culturais, como dissemos, permite o ecoar vozes contra-hegemônicas nos mais diferentes cenários e nas mais variadas áreas do conhecimento. Assim como as fronteiras territoriais, as identidades tornam-se porosas e fluídas e passam a ser compreendidas como processos de interação e embates, moldadas pela cultura e seus percursos históricos.

A abordagem do conto “Mãe não é mulher”, de Dina Salústio é, nesse sentido, o deslocamento necessário para compreender como a literatura evidencia a estrutura de poder que apagava a subjetividade da mulher, reduzindo-lhe a identidade a uma única função: a maternidade, como é possível concluir pelo título do conto.

Nossa leitura demonstrou como a mudança da voz narrativa também evidencia a diferença das percepções do homem e da mulher em relação ao fato contato. Nesse sentido, o conto em sua própria estrutura reafirma a importância da autoria feminina, uma vez que, só a partir da materialização das duas vozes, é possível inscrever a cosmovivência da mulher que vê sua subjetividade apagada pela maternidade. A voz da mulher, portanto, rasura e subverte o caráter heteronormativo da voz masculina, apoiada no argumento da autoridade divina, e instaura a reflexão que desnuda a forma como os discursos religiosos e patriarcais foram naturalizados e reproduzidos pelas várias formas de manifestações populares como os ditados espirituosos que camuflam ensinamentos calcados, com frequência na misoginia.

Logo, o conto reforça a necessidade de que a história seja contada não por apenas um único ponto de vista, mas de modo a dar visibilidade a outros tantos modos de ver, ser, entender para dissolver, paulatinamente, as desigualdades e hierarquias que, ainda hoje, invalidam e invisibilizam certas subjetividades. Portanto, é nesse contexto, que a pergunta lançada por Spivak (2010): *Pode o subalterno falar?*, é respondida afirmativamente por Dina Salústio, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando vozes subalternizadas ecoam e se multiplicam nos mercados

editoriais, nas academias, nas escolas, gradativamente, ganhando espaços no mundo que, ao fim e ao cabo, acaba se modificando.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

CULLER, Jonathan. Tradução de Sandra Vasconcelos. *Teoria literária*: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feminista na Universidade. Brasil, França e Quebec. Rio de Janeiro, 6 a 10 de junho de 1994.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro -11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MEDEIROS, Márcia Maria de; ZIMERMANN, Tânia Regina. Virgem Maria. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2. ed. Dourados: UFGD, 2019. p. 718-723.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SALÚSTIO, Dina. *Mornas eram as noites*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.*) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b, p. 73 -103.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7- 72.